



POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
Estudo de recepção da proposta de gestão participativa da Prefeitura de Camaragibe,
PE pelos membros do Conselho Municipal de Saúde

Maria Salett Tauk Santos

Doutora em Ciência da Comunicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Esmeralda Simões Araújo

Mestranda em Comunicação Rural
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Nara Silvana Albuquerque Patriota

Mestranda em Comunicação Rural
Universidade Federal Rural de Pernambuco

1 INTRODUÇÃO

A maneira como a comunicação pode ser viabilizadora das propostas de desenvolvimento local, visando mudanças sociais é o que sinaliza os novos estudos da Comunicação Rural, voltados à perspectiva da recepção das propostas governamentais e não governamentais para o desenvolvimento local. Nessa perspectiva o Programa de Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural combina em seus estudos a preocupação com a participação popular e a construção do desenvolvimento local, das lutas dos setores populares para apropriação de bens de consumo e, das políticas governamentais para a construção da cidadania a partir do pensamento latino-americano contemporâneo.

Este texto trata de um estudo de recepção, das propostas da Gestão Participativa de Saúde da Prefeitura de Camaragibe pelos membros do Conselho Municipal de Saúde. A pesquisa faz parte de um projeto mais amplo, um estudo das propostas de Gestão Participativa



do governo desse município pelos diferentes Conselhos Municipais dos Delegados de Saúde, de Educação e da Secretaria de Comunicação Social.

Especificamente o que a presente pesquisa pretende aqui revelar são as estratégias propostas e utilizadas pela Prefeitura para a construção da Gestão Participativa da Saúde, considerando a proposta de Gestão Participativa nova em termos de governo municipal e que envolve relação de culturas: a cultura institucional da Prefeitura Municipal de Camaragibe e a cultura popular dos munícipes, membros do Conselho Municipal de Saúde, representantes em sua maioria de contextos populares e como essas culturas populares se apropriam dessa proposta de Gestão Participativa.

O itinerário da análise são os usos e apropriações que os membros do Conselho Municipal de Saúde fazem das propostas de Gestão Participativa da Prefeitura Municipal de Camaragibe. Essa proposta no âmbito da saúde, visa mudanças no cotidiano das pessoas mediante o envolvimento das mesmas reivindicando, criticando e, principalmente sugerindo soluções para os seus problemas.

A pesquisa que vem sendo realizada no Município de Camaragibe em Pernambuco sobre Gestão Participativa é um estudo que tem como referencial teórico- metodológico os Estudos de Recepção da América Latina na perspectiva das Mediações Culturais em contextos populares nas abordagens de Jesus Martin-Barbero, Guillermo Orozco e Néstor Canclini; nos estudos de Comunicação Rural na perspectiva do desenvolvimento local a partir dos trabalhos de Augusto Franco, Carlos Jara, Eli da Veiga, Salett Tauk Santos e Angelo Brás Callou. A perspectiva da participação popular está apoiada nas análises de Pedro Demo que trabalha a participação popular em contextos de desigualdade.

2 A RECEPÇÃO COMO PONTO DE PARTIDA

As teorias dos estudos de recepção na abordagem das mediações culturais abriram uma importante perspectiva para a compreensão das interações comunicacionais em contextos populares. Esta perspectiva de recepção analisa a participação popular no Conselho Municipal da Saúde valorizando a maneira como as pessoas se apropriam da proposta de Gestão Participativa partindo dos seus modos de ver e fazer. Em outras palavras como vivenciam a proposta mediatizada pelos códigos da sua cultura, uma cultura popular.

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Comunicação Científica e Ambiental**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.



Nessa perspectiva o receptor é sujeito ativo capaz de elaborar e reelaborar os conteúdos das mensagens, como assinala G. Orozco Gómez (1997, p. 113-128):

Nessa perspectiva encontra-se mediatizada por diferentes elementos que tem origem no próprio receptor e nas instituições das quais o receptor faz parte notadamente na cultura, na política, na economia, na classe social, no gênero, na idade, etnicidade, nas condições situacionais e contextuais, nas instituições, nos movimentos sociais, assim como na mente do indivíduo, em suas emoções e experiências.

As mediações culturais são um modelo de compreensão da relação entre cultura e meios de comunicação. Jesus Martin-Barbero nos incita a idéia de passar dos meios para as mediações, ou seja, investigar os processos de constituição do massivo a partir das transformações das culturas populares. Esse deslocamento se dá graças à aproximação cultura/comunicação.

Martin-Barbero (1997) consegue, a partir da sua concepção de mediação liberar a comunicação do espaço restrito dos meios para o espaço da cultura, mostrando que as mediações tem uma relação direta, não necessariamente apenas com os meios, mas com o processo da comunicação. Uma vez que a comunicação não se estabelece de maneira linear e simétrica, o que existe é uma relação mediatizada pelos contextos em que o processo de comunicação se estabelece.

Da necessidade de clarificar a conceituação de Barbero sobre mediações tornando-a mais concreta, Guillermo Orozco vem trabalhando numa tipologia, ainda em construção nas pesquisas empírica, mas que sinaliza para uma maior compreensão do objeto de pesquisa, partindo da utilização crítica no conjunto de cinco mediações como fundamentais no processo de recepção: a individual refere-se as particularidades do sujeito de perceber representar e produzir sentidos; a institucional se manifesta a partir da participação dos indivíduos em determinadas instituições como a família, a escola, o trabalho, a igreja que produzem significados; a massmediática distingue-se pelo uso de linguagem e estratégias de comunicação diversificadas próprias dos meios de comunicação; a situacional envolvem o contexto social e as interações do indivíduo com o seu cotidiano e a mediação de referência ou contextual ressalta as características pertencentes a um determinado ambiente, como idade, sexo, ocupação que interagem com a situação em que a recepção se processa.



Partindo dessa compreensão é que Tauk Santos através de suas pesquisas empíricas em contextos populares tem demonstrado que a perspectiva das mediações culturais nos estudos de recepção não se limita apenas a processos de recepção de mídia. A autora propõe uma nova dinâmica aos estudos de recepção ao incorporar a concepção de contrato de comunicação de Eliseo Veron para a esfera dos estudos de recepção assinalando que a existência de um contrato de comunicação estabelecido entre emissor e receptor constitui condição suficiente para tornar possível um estudo de recepção e tomando como referência os estudos de Orozco ao classificar as mediações para uma maior compreensão do objeto de pesquisa afirma que são as circunstâncias desse objeto que oferecem pistas para que o pesquisador capte a mediação “por excelência” conceituada pela autora como “aquela ou aquelas cuja interferência afeta de maneira singular o processo de comunicação”. (TAUK SANTOS, 2000, p. 6-7). O controle do contrato de comunicação pode se estabelecer, por exemplo, entre uma organização governamental e ou não governamental e uma população de contexto popular envolvidos num processo de desenvolvimento. É o caso da pesquisa em questão cujo ponto de partida é um Contrato de Comunicação entre a Prefeitura Municipal de Camaragibe e a população do município em torno de uma proposta de gestão municipal participativa capitaneada pelos conselhos municipais, no caso específico o Conselho Municipal de Saúde e na perspectiva, de considerar a mediação como algo construído em cada caso, observa-se que a procedência tornou-se a mediação “por excelência” dessa investigação, na compreensão dos usos e apropriações que os membros do Conselho de Saúde fazem da proposta de Gestão participativa no espaço da recepção. Essa investigação levou em conta que este processo de apropriação das propostas de Gestão Participativa foi considerado no âmbito da construção do desenvolvimento local .

3 A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

No contexto da economia globalizada o desenvolvimento local vem sendo a preocupação de governos municipais como estratégia de fortalecimento da economia local onde se acha implícita a idéia de sustentabilidade. Isso implica um novo contrato social entre Estado e demais atores envolvidos no esforço de desenvolvimento local que possibilite o



aumento da capacidade de gestão e reorganização da população e negociação das organizações.

A concepção de desenvolvimento local tem um viés ditado pela economia, que parte das posições vantajosas dos espaços sócio-territoriais delimitados face aos mercados globalizados, mas que atua igualmente em outra perspectiva, a de aproveitar os recursos endógenos de cada local para alcançar o desenvolvimento econômico e melhorar a qualidade da vida. Este esforço se dá através da gestão participativa do desenvolvimento local nas comunidades, no município, através dos Conselhos Municipais.

Por sua vez, Tauk Santos (2002, p. 45-54) diz que, no cenário de relações combinatórias do global e do local e das mediações do urbano e do rural, do massivo e do popular, é que emergem novos modelos institucionais, o que faz com que as organizações governamentais e as não governamentais façam parcerias com as populações rurais para a construção do desenvolvimento local. Os esforços para a construção do desenvolvimento no Brasil, antes marcado pelo paralelismo e pelo antagonismo dos atores envolvidos, igreja contra o Estado, movimentos sociais de costa para o Estado, começam a dar lugar a concertação, à parceria quando se deixa de trabalhar com iguais e se passa a tratar com diferentes os conflitos aumentam. O esforço de desenvolvimento local pressupõe interações entre diferentes, ou melhor, relações entre culturas diferentes como ressalta Tauk Santos (2000, p. 291- 301).

Para Franco (2000, p.11-56), muitas coisas devem ser feitas para promover o desenvolvimento, o básico é representado por quatro itens: geração de renda, multiplicação do número de proprietários produtivos, elevação do nível de escolaridade da população e o aumento do número de organizações da sociedade civil. Para promover o desenvolvimento, o ator propõe: "Aumentar a produção e democratizar o acesso à riqueza, ao conhecimento e ao poder (no sentido de empoderar as populações)." Para ele, o desenvolvimento local é um modo de promover o desenvolvimento que leva em conta o papel de todos esse fatores (econômicos, capitais humanos, motivações, culturas etc.), melhorando assim a vida das pessoas, não apenas nos dias atuais, como daquelas que viverão amanhã.

Municipalizar o desenvolvimento traduz uma nova estratégia do desenvolvimento local no nordeste do Brasil, esta corrente está sendo trabalhada em Pernambuco e em todo Nordeste brasileiro adotando uma nova estratégia de desenvolvimento com a



municipalização como afirma Jará (1998, p. 51-77): "municipalizar o desenvolvimento sustentável implica repensar os objetivos da sociedade, bem como sua relação com o Estado, procurando desenhar alternativas de vidas ligadas a novas mentalidade e modos diversos de agir e pensar."

4 A PESQUISA

A partir dos pressupostos teóricos dos Estudos de Recepção da América Latina a pesquisa está sendo desenvolvida utilizando técnicas combinadas de coleta de dados: observação direta com o uso do diário de campo, técnicas etnográficas de observação, pequena história de vida e roteiro de entrevista semi-estruturado.

A unidade da pesquisa empírica foi o Conselho Municipal de Saúde - CMS - de Camaragibe por este estar, historicamente ligado à concepção de Gestão Participativa desde 1989, e teoricamente os membros desse Conselho teriam condições de ter se apropriado mais das propostas de Gestão Participativa da Prefeitura de Camaragibe. Dos 16 representantes dos usuários no Conselho de Saúde, divididos entre 08 titulares e 08 suplentes, foram entrevistados 07 membros, sendo 06 titulares e 01 suplente. A escolha dos entrevistados foi intencional, pois privilegiamos os membros do Conselho de Saúde oriundos de contextos populares.

Para analisar as apropriações e usos que a população de Camaragibe faz da proposta de uma Gestão Participativa foram realizadas entrevistas com um roteiro semi-estruturado para compreender como acontece a comunicação entre governo e os representantes da população no Conselho da Saúde.

As respostas às questões foram distribuídas em quatro blocos: o 1º bloco referia-se ao conhecimento da Gestão Participativa, deseja-se obter informações sobre a compreensão que os membros do conselho tem da proposta municipal. O 2º bloco referiu-se à participação no Conselho, consiste em analisar o envolvimento dos membros do conselho, relacionando ainda com outras experiências vivenciadas pelos entrevistados. O 3º bloco tratava da avaliação da Proposta Municipal. A intenção era fazer como cada membro avaliasse o processo participativo, não apenas dos membros do Conselho como também em relação aos usuários da saúde do município, antes e depois da gestão participativa. No último bloco foi

solicitado aos entrevistados que dessem algumas sugestões à Gestão Participativa que possibilitasse uma maior interação participação da população.

Esses blocos foram transformados em categorias a fim de possibilitar a análise dos usos e apropriações das propostas de Gestão Participativa da Saúde pelos membros do Conselho mediatizadas pela cultura da população como “o espaço de crenças, costumes, sonhos, medos tudo o que configura a cultura cotidiana”. (MARTIN-BARBERO; BARCELOS, 2000).

5 CAMARAGIBE E A PROPOSTA DO EMISSOR

O município de Camaragibe PE, faz parte da região metropolitana do Grande Recife, e está situado no lado oeste deste. Do marco zero do Recife ao centro de Camaragibe dista 16 km, é um município que apresenta um trânsito rodoviário bastante intenso, porque serve de corredor de ligação à zona da mata e Agreste do Estado. Geograficamente o município está situado na Zona da Mata de Pernambuco, possui uma área territorial de 52,9 km² (FIDEM), com uma população de 134.866 habitantes estimativa do (IBGE.2002), possuindo assim uma densidade demográfica de 2.809,7 ha/km², o que caracteriza o município como sendo totalmente urbano. Esse contingente populacional está distribuído na área sul da cidade de Camaragibe que abriga 80% dessa população cujas condições de vida são precárias por caracterizarem-se, na sua maioria, como pessoas de baixa renda e sobreviverem do comércio informal após o fechamento da fábrica em 1981.

Grande parte desses moradores tem sua origem na própria comunidade e são remanescentes dos engenhos, entretanto, o número de pessoas vindas do interior em busca de emprego e conseqüentemente melhores condições de vida, cresce a cada dia e como a estrutura da cidade não comporta esse volume, os mesmos terminaram construindo suas moradias nos morros e alagados, que compõem relevo acidentado da cidade, ocasionando com isso um crescimento desordenado, aumentando os problemas de saneamento e esgoto e agravando a precária situação de saúde dessa população. As doenças infecto-contagiosas que atingiam principalmente crianças, idosos e gestantes a falta de postos médicos equipados para atender essa população carente, um trabalho efetivo de prevenção e a necessidade de melhorar



a assistência médica local tornou-se um desafio para a Governo Municipal de Camaragibe há uma década.

Hoje, a cidade ainda tem muitas dificuldades com a demanda populacional e muito resta a ser feito com relação à saúde, constituindo, assim, mais desafios para essa governo na perspectiva da Gestão Participativa:

[...] eu quero terminar a saúde da família , o modelo de saúde prever mais três atendimento, o centro de zoonose para ser construído na cidade, a gente ter um projeto de integração da família no combate à violência e a aids e a saúde da mulher [...] a saúde bucal está muito distante de chegar a ser exatamente o que a gente precisa , a saúde mental está com um bom começo e precisa avançar muito. A fisioterapia e reabilitação, na comunidade vai bem é só complementar, eu espero concluir uma parte disso [...] (PAULO SANTANA).

O esforço de construir a Gestão Participativa de Saúde começa em Camaragibe a partir de 1989 após a promulgação da Constituição de 1988 que tratava da descentralização do poder, com o secretário de saúde da Prefeitura Municipal de Camaragibe da época que tentou implantar a Gestão Participativa fundamentado em sua experiência de trabalhar com o coletivo. Sua primeira iniciativa foi chamar a sociedade para discutir uma conferência de Saúde. Esse processo durou três meses porque a idéia de participação deveria está atrelada ao processo de construção da cidadania, experiência inovadora tanto para a população quanto para o governo causando conflitos entre os mesmos. Em 1989 houve a segunda convocação de saúde aberta à população de Camaragibe, da qual participaram: representantes da Prefeitura Municipal de Camaragibe, Faculdade de Odontologia de Pernambuco – FOP, Serviço Social da Indústria – SESI, Escolas Públicas e Particulares, creches e as mulheres que durante seis meses fizeram reuniões permanentes discutindo como organizar o Conselho de Saúde da Prefeitura Municipal de Camaragibe de forma que esse viesse corrigir o mau atendimento nos hospitais e recrutar agentes de saúde para o atendimento às famílias carentes do município. Por questões políticas o prefeito da época não permitiu que esse conselho fosse consolidado, considerava perigoso o deslocamento do poder. Finalmente antes de terminar o mandato ele cria o Conselho Municipal de Saúde de Camaragibe -CMS, através da Lei Municipal nº01/91. Esse Conselho se diferencia dos outros porque é um órgão colegiado permanente, fiscalizador e deliberativo, possui uma composição paritária, que tem como objetivo discutir tudo que se

refere à política municipal de saúde. Sua composição é feita por 16 representantes do governo , sendo 08 titulares e 08 suplentes; 16 representantes dos usuários , sendo 08 titulares e 08 suplentes

A Gestão Participativa em Camaragibe, como afirma a secretária do governo municipal Teresinha de Jesus Carlos de Araújo, “não surgiu do acaso, a população já tinha uma vocação para o associativismo que foi fruto da origem da fábrica têxtil, mantida numa concepção cristã do bem estar social”,¹ uma vez que a fábrica propiciava à família dos trabalhadores toda infra-estrutura necessária. Por muito tempo, a fábrica têxtil foi cenário de riqueza poder e prestígio do município de Camaragibe, produzindo o linho Braspérola em grande escala, entretanto esse cenário foi gradativamente mudando com a falência da fábrica e conseqüentemente a demissão de vários funcionários chegando a 600 pessoas nas ruas sem chance de retorno. Buscando novos meios de sobrevivência, os muitos desempregados voltaram-se para o comércio informal. A crise que atingiu a região em virtude dos problemas resultantes da globalização e a vinda desenfreada das pessoas do interior elevaram o custo de vida e aumentaram o aglomerado da população nos morros e alagados de Camaragibe fazendo assim com que o município crescesse desordenadamente, atingindo principalmente áreas já carentes como a saúde da população. Assim diante desse quadro o governo aliou-se a concepção de uma Gestão Participativa no município para aproveitar melhor os recursos destinados à prestação de serviços à sociedade minimizando os problemas no âmbito da saúde .

Para facilitar a atuação dos conselheiros no que se refere a saúde o município foi dividido em cinco regiões, cada uma com um delegado titular e um suplente . Em cada uma dessas regiões existe um Centro Médico de Camaragibe - CEMEC para atendimento da população. O trabalho que a Gestão Participativa de Camaragibe vem realizando através do Conselho Municipal de Saúde (CMS) tem tido, uma representativa recepção tanto pelos usuários como pelos membros do Conselho, haja vista toda a história de luta e persistência que o mesmo traz desde sua concepção. Todo esse esforço em trabalhar na perspectiva da Gestão Participativa valeu em reconhecimento nacional ao projeto de mudança da realidade local e algumas premiações importantes recebidas pela atual gestão, como: Saúde Brasil (1999), melhor Programa de Saúde da Família do Brasil e Prefeito Criança (1999 e 2000)

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Comunicação Científica e Ambiental**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

promovido pela Abrinq e Unicef., destacando a atenção dada, por essa gestão, à criança e ao adolescente.

A proposta de Gestão Participativa do governo visa o deslocamento do poder, dando a população voz e vez como explica a secretária de Saúde de Camaragibe: “A Administração Participativa é construção do deslocamento de poder, porque ai você vai colocar outros atores novamente e o interessante é que sejam atores diretamente relacionados com aquele tipo de priorização [...]” (RENEIDE MUNIZ).

Ainda na sua visão, a gestão participativa foi criada a partir dos anseios da sociedade e que a sua possibilidade de avanço e crescimento depende do engajamento da população, uma vez que surgiu através do programa de governo nacional de saúde e coube a esse município legitimar o empoderamento da população. Para ela toda gestão participativa se dá através do deslocamento do poder público com o engajamento da população nas tomadas de decisões e nas discussões a cerca do que seja prioridade para essa população: “a população é o ator principal das discussões dessas decisões, a lógica da Administração Participativa é exatamente buscá-la através da representação.” (RENEIDE MUNIZ).

Quanto mais as pessoas têm o direito institucionalizado de participar, mais espaços devem ser aberto pelas políticas governamentais, tornando assim a gestão participativa um processo sempre em construção. Essa característica é confirmada pela secretária da saúde, Reneide Muniz, quando diz: “é muita interferência da população por espaço também institucionalizados que queria ou não foram institucionalizados pelo poder público [...] é esse processo de construção que a gente vem buscando até então.”

A visão do governo sobre o deslocamento de poder é a de que este pode acontecer tanto no governo de direita quanto de esquerda, porém as maneiras é que são diferenciadas. O atual prefeito enfatiza que trabalha no viés de esquerda e conseqüentemente procura construir um governo de esquerda e democrático na sua conceituação.

[...] “a democracia não se encerra em eleição [...] a democracia pelo contrário é uma busca permanente de uma participação coletiva, para você fazer isso tem que dá os canais. Então a Administração Participativa é a busca exatamente de fazer com que nós de esquerda tenhamos efetivamente a participação da sociedade na construção do governo.” (PAULO SANTANA).

¹ Teresinha de Jesus Carlo de Araújo, secretária de governo em entrevista concedida às pesquisadores em 12/11/02.



Nas suas pesquisas, Tauk Santos (2000) enfatiza as relações entre culturas populares representada pela população de comunidades locais e a cultura hegemônica representada pelo governo no tocante as estratégias destes para obter a participação e envolvimento daqueles. As propostas governamentais segundo Santos “tendem a trabalhar em concertação com os demais atores locais participando de programas de desenvolvimento econômico e social.”

Os espaços que a Proposta de Gestão Participativa de Saúde da Prefeitura Municipal de Camaragibe vem oferecendo à população e o reconhecimento deste trabalho em nível nacional, não garante a participação popular de maneira plena nos Conselhos de Saúde. É isso que analisaremos a seguir: as apropriações das Propostas da Gestão Participativa de Saúde pelos membros do Conselho de Saúde.

6 OS USOS DA GESTÃO PARTICIPATIVA

A análise dos usos e apropriações que fazem os membros do Conselho de Saúde da proposta de Gestão Participativa foi realizada a partir das mediações: conhecimento da proposta, participação e avaliação. As mediações sexo e idade não se mostraram relevantes no sentido de possibilitar maior ou menor compreensão da proposta.

A mediação procedência revelou-se como a mediação por excelência na medida em que ficou evidenciado que os membros que tinham vivências anteriores de participação política em outras organizações demonstraram uma compreensão maior da proposta de Gestão Participativa de Saúde.

Os membros do Conselho de Saúde manifestaram diferentes níveis de compreensão das propostas de gestão participativa de acordo com as peculiaridades das suas experiências vividas anteriormente e o maior ou menor envolvimento com as propostas da gestão. Assim, quando indagamos sobre o que significa gestão participativa, obtivemos de alguns entrevistados respostas que evidenciam esses diferentes níveis de compreensão da proposta:

O gestor é quem administra, e nós somos o conselheiro que estamos para ver aquilo que está certo e o que está errado.” (IRENE FRANCISCO).



A gente delibera, a gente fiscaliza as obras, a gente praticamente vota, e em tudo tem ação da população, como conselheiro e com população.” (MARLI JOSÉ).

Todos tem a sua parcela de responsabilidade do êxito do serviço público daqui do município.” (WILSON INÁCIO).

No que se refere ao conhecimento da proposta de Gestão Participativa os membros do conselho foram unânimes na compreensão de que esta é uma oportunidade dada à população para se inserir no processo participativo, visando melhorias de vida no âmbito da saúde, tão deficitário na sua prestação de serviços à sociedade: "que todos tem a mesma importância, não importa se sou gerente, se eu sou usuária, se eu sou trabalhador [...]”, segundo palavras de Lélia Maria.

Há quem conceitue a Administração Participativa da Saúde como Marli José da Silva, para quem: “é onde a população participa das ações da cidade, é compartilhada com a prefeitura [...]”

Outros tem a opinião mais politizada sobre a Gestão Participativa por já ter vivenciado outros conflitos políticos na sua trajetória de vida é o caso de Maria José que já participou de movimento sindical:

[...] tem um foco onde a comunidade deve ajudar na construção da cidade, participar das políticas públicas do conselho social, do meio ambiente, tudo que venha a evitar as doenças e construir uma vida melhor, para isso é preciso que a população esteja consciente que ela pode intervir nas ações do governo. (MARIA JOSÉ).

É igualmente o caso de um conselheiro que vivenciou todo o processo de Gestão Participativa de Saúde de Camaragibe desde sua fase embrionária com seus conflitos políticos, (no caso o da saúde), compreende que a Gestão Participativa de Saúde não pode ser concebida desconectada com os demais setores da Administração Municipal: "A gestão Participativa só funciona quando globalizada com os demais segmentos", afirma Flávio Eduardo.

Aqueles conselheiros cuja trajetória de vida está voltada para as questões religiosas considera-se como um porta-voz do povo na busca da melhoria da prestação de serviços médicos e por isso tem uma concepção humanística da Gestão Participativa preocupam-se



mais em atender às necessidades prementes da comunidade que representam do que com o processo participativo :

Eu já trabalhava como líder comunitário; já era presidente da associação e, independente de ser conselheiro de saúde eu já reivindicava tanto pelo meu direito como pelo direito da população, porque pra mim não tem mandato não, pra mim, necessitou, eu estou procurando os direitos. (JOSÉ GOMES DA SILVA).

Seguindo a mesma linha de pensamento, a presidente do clube de mães de Tabatinga, suplente no Conselho de Saúde e também religiosa, acredita ser essa a sua missão a de ajudar a comunidade em que vive quando diz:

Pelo menos na minha unidade tem um CEMEC, tem um posto de saúde e tudo que acontece lá eu fico sabendo, porque eu sou muito conhecida lá, sou conhecida como irmã Irene. Lá em Tabatinga eu sou da cadeira cativa, como diz a história, eu não quis mais ser delegada porque era muita coisa para mim, mas nunca deixei de ser delegada porque tudo vem par mim, se uma casa cai vem par mim, se acontece alguma coisa no CEMEC vem par mim, qualquer coisa que acontece as pessoas me procuram para saber se tá certo ou errado. (IRENE FRANCISCA RODRIGUES).

No que se refere a participação popular, percebe-se que ainda existe alguma resistência da população em participar dessas reuniões para discutir as necessidades das comunidades locais, pois como o trabalho é voluntário a população carente sente dificuldade em comparecer às reuniões do Conselho por questões financeiras como afirma a conselheira Marli que participa desse conselho há 5 anos: “[...] porque as vezes a gente tem reunião extraordinária, você olha para a carteira, e não tem nem sequer a passagem; você vai vim a pé da sua casa até onde vai ser a reunião.” (MARLI JOSÉ).

Outros, entretanto, não admitem participar desse tipo de ação sem ser remunerada é o que dificulta a participação popular no seu entendimento, pois o trabalho participativo exige uma consciência do papel da comunidade para exigir o seu direito, trazendo para si melhorias na qualidade de vida: “Eu sei que o conselho não tem fins financeiro, porque é voluntário, então se tivesse algum fim financeiro a população participaria, porque a gente gasta roupa e sapato.” (MARLI JOSÉ).

Aqueles representantes que já tem uma história de vida participando de associações e trabalhos comunitários participam da proposta de gestão de maneira mais consciente quanto



ao processo de construção da cidadania e com maturidade política para não atropelar esse processo com otimismo ou pessimismo exagerados, como afirma um dos fundadores do Conselho de Saúde:

A minha participação se dá como cidadão, é como você viu ali, eu tenho direito a falar, tá aberta a minha fala, para mim é o suficiente e eu faço um estrago medonho. Eu tenho essa consciência, eu me contento com isso, eu aprendi, eu descobri que eu em qualquer lugar de acordo com a minha posição eu faço estrago, independente de ser conselheiro ou não, depende da minha visão política e de eu estar correto com minhas intervenções." (FLÁVIO EDUARDO).

Outro membro admite que a sua participação como conselheira da Gestão Participativa do Conselho de Saúde não se restringe ao Conselho: "Existe a participação de várias maneiras, o delegado não é delegado só na reunião, ele é delegado ou conselheiro 24 horas por dia. Ele é conselheiro quando a população pára ele na rua e pergunta porque o médico não está atendendo [...]" (MARIA JOSÉ).

Há quem afirme que a sua participação se dá através de muita luta por aquilo que se quer conseguir:

onde a gente está, a gente delibera, briga e luta pelo o que a gente quer mesmo [...]" (MARLI JOSÉ).

[...] é você fazendo um trabalho de equipe, geralmente dito na sua essência mesmo, todo mundo trabalhando junto num só objetivo [...]" (WILSON INÁCIO DA SILVA).

Alguns reclamam da falta de autonomia e a falta de meios de comunicação do Conselho:

[...] a secretária executiva diz que a deliberação é de vocês. Entretanto há muito tempo que era pra gente ter computador, agora que chegou, depois de muitas reclamações.

[...] nós não temos fax, não temos linha direta, não pode usar a internet e todas as informações que vierem do governo federal tem que vir pela internet. (FLÁVIO EDUARDO).

O desafio para alguns membros do conselho é aprender a participar recuperando a compreensão de Pedro Demo (1988, p. 44): “participação é um processo longo e lento.” Há de se começar por compreender as regras do jogo da participação como ficou evidente nesse



depoimento sobre a representação no Conselho: “a gente não entendia o que era paridade, mas depois no decorrer do tempo a gente viu que paridade não era apenas o número de quem está dentro do Conselho, mas diz respeito à representação.” (FLÁVIO).

Ao avaliarem a proposta de Gestão Participativa como um espaço para a construção da cidadania onde governo e sociedade civil compartilham das mesmas lutas e conquistas entretanto, alguns acreditam que foi a população que lutou e aproveitou esses espaços propiciados por essa Gestão:

É engano dizer que o gestor facilitou isso ou aquilo, o povo aproveitou os espaços que tem. Este governo é menos castrador do que os outros, [...] e o povo de Camaragibe eu digo que ele é audacioso, abriu uma porta e ele aproveitou, e eu espero que não feche mais. (MARIA JOSÉ).

Já outros fazem a seguinte avaliação da participação popular, alegando ser a mesma muito acomodada para frequentar os conselhos: "A gente já tem feito de tudo, a gente faz reunião, agente faz aviso em panfletos, vai de porta em porta, porque lá na comunidade a gente faz isso, e a comunidade não participa." (MARLI).

Outra conselheira acredita que a proposta de Gestão Participativa progrediria bem mais se houvesse uma efetiva participação dos usuários, na sua avaliação isso não ocorre porque:

[...] receio que as pessoas tem medo de se expor, fazer alguma denuncia porque imaginam que vão ser perseguidas [...] é questão também do próprio conhecimento, da própria sensibilização das pessoas quererem participar mesmo, quererem ser ouvidas, ser ativa, eu acho que é uma questão cultural mesmo. (LÉLIA MARIA CAVALCANTE MOREIRA).

Alguns até demonstram certo otimismo em se tratando de futuro, mas reconhecem que o processo de Gestão Participativa está ainda em fase de construção o que requer muito esforço e maturidade política quando afirma que: "Eu não diria que a avaliação de Camaragibe seja negativa, muito pelo contrário eu diria que ela é ousada, inovadora e tem muito a construir." (MARIA JOSÉ).

Por outro lado alguns membros do Conselho atribuem ao governo as dificuldades enfrentadas pelo projeto político do município afirmando que:



O governo sabe da fragilidade do movimento e as vezes oferece alguma coisa, se torna amigo do pessoal, as pessoas não sabem dividir o problema da responsabilidade, amizade é uma coisa, responsabilidade é outra quando eu estou tratando dos problemas do município. (FLÁVIO EDUARDO).

Aqui em Camaragibe você consegue falar com as pessoas da Gestão, consegue falar com os Secretários, só não consegue falar com o Prefeito. Muitas Secretarias têm ainda pessoas que não deveria está ali, é o jogo político que acaba atrapalhando muito. (MARIA JOSÉ).

Quando analisam o que dificulta a participação da população nas reuniões do Conselho, nas Assembléias e Fóruns alguns membros são enfáticos ao mencionar às questões financeiras:

[...] se a gente for fazer uma pesquisa, a maior parte da população de Camaragibe e Recife é tudo remanescente dos engenhos, porque eu não sei se você sabe que isso aqui tudo é circulatório de engenhos, [...] e a população de engenhos só agem na força do incentivo, eu não digo receber um salário, mas pelo menos uma passagem ou duas para participar do conselho [...] (MARLI).

A maneira inadequada como é feita a comunicação entre governo e população, e a falta de informação mais transparente e esclarecedora são apontados por um dos membros do Conselho como o que dificulta a participação da população:

[...] a gente vê que a informação é um grande trunfo [...] ter um carro de som justificando para a população [...] mostrando para a população a necessidade [...] essas questões de informação eu acho que é uma coisa que a gente precisa trabalhar muito, porque a gente ainda trabalha sobre as escorias da campanha, e nem sempre as campanhas elas são as necessidades da comunidade, ela vem lá de cima [...] (LÉLIA).

A falta de transparência nas prestações de contas aparecem também nos depoimentos como inibidora da participação popular: “quanto a prestação de contas que vem , são fechadinhas, que não pode ser assim” (FLÁVIO).

A convivência de alguns conselheiros na Gestão Participativa da Saúde de Camaragibe permitiu que eles apresentassem sugestões que se implantadas possibilitam um melhor atendimento aos usuários dos CEMECs e uma maior participação desses nas reuniões, assembléias e fóruns do Conselho.

Alguns fazem sugestões para que haja maior transparência no processo de participação popular, principalmente no que diz respeito às prestações de contas:

[...] quanto as prestações de contas que vem são até fechadinhas que não pode ser assim! Tem que ser transparente [...] Teca tem que dizer ao pessoal qual o papel deles, o papel pode se reduzir em apenas se reunir para discutir o percentual, o papel deles é trabalhar o orçamento de forma transparente, participar dos órgãos [...] o papel deles é está caminhando com a gestão [...] (FLÁVIO EDUARDO).

Outro membro fala sobre a necessidade de melhorar a Gestão Participativa capacitando os trabalhadores da saúde principalmente no atendimento ao público dizendo que:

Já tivemos caso do trabalhador discutir com o paciente [...] não tem integração, é uma das coisas que a gente mais pede nas conferencias a integração das Secretarias dos Conselhos [...] tem que fazer conscientização do papel da comunidade em ação para exigir o seu direito [...] (MARLI JOSÉ).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A julgar pelas evidências empíricas no cotidiano dos membros do Conselho Municipal de Saúde da Prefeitura de Camaragibe, percebe-se que muita coisa mudou no âmbito da saúde, a partir da instalação da Gestão Participativa Municipal de Camaragibe. As mudanças são notáveis no que diz respeito à assistência médica, com a construção dos Centros Médicos Municipais- CEMECs, a prevenção de doenças, com as visitas domiciliares das agentes de saúde. Ainda é cedo para analisar os “usos” e “apropriações” da



Proposta de Gestão Participativa pelos munícipes e as mudanças ocorridas no cotidiano dos mesmos de forma mais definitiva de um lado porque a pesquisa ainda está em andamento e portanto as conclusões ainda não são definitiva; por outro lado há que se considerar que a participação popular assim como a construção do Desenvolvimento Local são processos que se fazem a longo prazo.

Nesse sentido confirma-se a hipótese de que a procedência entendida como experiências vivenciadas de participação em outros movimentos sociais ou em organizações, é uma mediação por excelência nos usos e apropriações das Propostas de Gestão Participativa do Município de Camaragibe pelo membros do Conselho de Saúde.

Enquanto o processo de participação popular avança, ainda que às vezes, de maneira lenta a conselheira Maria José membro da Pastoral da Vila da Fábrica filosofa: “Agora depende do amadurecimento dos conselheiros, já que é uma administração compartilhada”



8 REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. Participação é conquista: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1988.

FRANCO, A. de .Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável. 2ª ed. Brasília: Instituto de Política, 2000.

GÓMEZ, G. Orozco. Las Mediaciones. IN: La Investigación en Comunicación desde la Perspectiva Cualitativa. México :Universidad Nacional de La Plata, 1997.

JARA, C. J. A. A Sustentabilidade e o desenvolvimento local. Brasília: Recife: IICA/SEPLANDES, 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Dos Meios às Mediações : Comunicação, Cultura e Hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. e Claudio Barcelos. Diálogos Mitológicos – 6 Comunicação e mediação culturais. IN: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Vol XXIII nº1. Jan / Jun de 2000.

TAUK Santos, M. S. Comunicação rural e mercado de trabalho na era tecnológica: o desenvolvimento local está na pauta. IN: CALLOU, A. B. F. (Org) Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local. São Paulo: Recife: -INTERCOM, 2000.

_____. Comunicação Rural; velho objeto, novas abordagens mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. IN: LOPES, M.L. V. FRAU-MEIG, D.;TAUK Santos, M. S. Comunicação e informação: identidades e fronteiras . São Paulo: Recife: INTERCOM, Bagaço, 2000.

_____.e ROCHA, Marta. Desvendando o mapa noturno: análise da perspectiva das mediações nos estudos culturais . IN: Revista Novos Olhares. Vol 05 nº 5 Jan /Jun de 2000.